

Solange Rocha

- Mestre em Educação Especial – UERJ
- Pedagoga Especializada em Deficientes da Audiocomunicação – UERJ.
- Licenciada e Bacharelada em História – UFF.
- Professora do INES.

Por que incluir?

A trajetória das pessoas com perdas sensoriais, mentais ou físicas inscreve-se no longo capítulo das exclusões. Eliminação física, eliminação social, jogos e risíveis, fonte de piedade, paternalismo; não faltariam adjetivos e considera-

uma outra história.

Quando a Revolução Francesa apresentou ao mundo a possibilidade de um maior alcance populacional aos ideais de igualdade, fraternidade e liberdade, espaços, ainda que modestos, abriram-se na velha

tros era eliminado fisicamente.

As polêmicas que até hoje persistem quanto à sua educação, também há cem, duzentos anos aconteciam.

Duas tendências eram bastante claras desde a célebre troca de opiniões entre o pastor alemão Samuel Heinicke (1729-1790), defensor do oralismo e o abade francês Charles Michel de L'Épée (1712-1789), inventor do método dos sinais.

Essas tendências sempre polarizadas apaixonadamente refletiam e refletem a visão que se tem das pessoas surdas e sua socialização.

A discussão hoje sobre inclusão ou escola especial, língua dos sinais ou oralização acompanham essas tendências. Infelizmente parece que estamos fixados nesta polarização e pouco avançamos.

O que proponho aqui neste espaço é convidar outras

A trajetória das pessoas com perdas sensoriais, mentais ou físicas, inscreve-se no longo capítulo das exclusões.

ções. Sabemo-nos ainda assim. Basta olhar em volta, onde estão os excluídos? Ou na difícil, às vezes improvável, luta pelo pão ou no circo. Circo perverso dos programas vespertinos de domingo, entrando em nossas casas para divertir-nos com suas excepcionalidades. O circo sempre esteve garantido, armado, mas a longa trajetória até o pão é

Europa e na nova América para educá-los. Estava portanto reconhecida alguma possibilidade social para essas pessoas.

Com as pessoas surdas foi assim. Muitos institutos foram criados principalmente no século XIX para recebê-los, dar-lhes alguma escolaridade, prepará-los para o trabalho. Um avanço estupendo na história de quem em tempos ou-

tantas variáveis no contexto educacional e social da pessoa surda, via de regra desprezadas pelos dois lados, variáveis essas como "o circo" que reflete os preconceitos enraizados no imaginário social, a desinformação, a visibilidade dessas pessoas no mundo e sua auto-gestão, elementos indispensáveis para a cidadania.

Constrange-nos que ainda hoje tenhamos que viver com o "circo", este mesmo de que falei acima. Constrange muito mais ao refletirmos o que temos feito para desarmar o picadeiro.

Quanto mais as pessoas surdas ficarem ilhadas em escolas especiais, mais serão novidade e trarão surpresa sua forma de ser. Não é possível mais que ainda criemos espaços para pessoas consideradas diferentes. A insistência dessas idéias trai o processo histórico dessas pessoas que levaram muitos séculos até poderem estar juntas com os considerados "normais" dentro de uma escola regular. Isso é o máximo de cidadania no âmbito esco-

lar, conseguido. A idéia de grandes institutos que viravam asilos ficou para trás. Hoje precisam ser redimensionados e redefinidos seus papéis.

A escolaridade guetificada é pernicioso não só para as pessoas surdas como para a sociedade como um todo que fica impermeável por não ter contato com a diversidade humana.

A defesa é pela inclusão, sim, a responsabilidade é co-

sofisticamos em calorosas discussões sobre teorias, métodos, abordagens ou que o valha, mais nos distanciamos dessa realidade que escorre como clara de ovo de nossas mãos, talvez insubordinando-se pela distância entre teoria e vida.

Duas tendências, sempre polarizadas apaixonadamente, perpassam a discussão sobre inclusão ou escola especial: oralização ou língua dos sinais.

letiva e a visibilidade absolutamente necessária para que as pessoas tenham sua cidadania garantida.

Parece que as discussões acadêmicas não têm força de penetração na realidade para alterá-la, tão pouco desconstruir o imaginário social entupido de preconceitos e desinformação. Essas discussões são paralizantes, reféns da polarização. Quanto mais nos

1997, Rio de Janeiro, Morro do Turano, uma mulher, 28 anos, surda. Nunca havia entrado numa escola, nem especial, nem regular. Interação? Um pouco, só familiar. Perguntado aos responsáveis o porquê de tamanho isolamento, responderam que não sabiam que ela podia frequentar a escola, ou se tinha atendimento especial para ela. A regular, sequer ao menos passou pela

cabeça deles. Nem sabiam que há lei que garante esta escolaridade na rede regular de ensino, com prioridade. Essa mulher é vítima de um crime hediondo iguais a tantos desses que a mídia nos serve diariamente.

Nascer novamente aos 28 anos. Conhecer e reconhecer o mundo aos 28 anos é o que? Será pouco isso? Quantas histórias temos iguais a essa? Como encaminhar a questão?

A defesa é pela inclusão sim, a responsabilidade é coletiva e a visibilidade absolutamente necessária para que as pessoas tenham sua cidadania garantida.

Essa mulher urge por interação. É um ser humano, precisa das mesmas coisas que todos nós. Será que só a sua perda auditiva a define?

Teria inúmeros casos aqui para contar iguais ou mais terríveis do que esse. Então, vamos pensar, como e de que maneira vivam os quase 3 milhões de surdos no Brasil? Sem sombra de erro podemos adiantar que muitos estão esmolando, “flanelando” ou

vivendo do beneplácito familiar, das famílias que ainda têm alguma coisa para dar. Estão ali, mudos, com uma mímica remota e improvável para um mundo que não tem tempo para eles, a não ser no inusitado, para divertir-se ou maravilhar-se com suas mãos desenhando falas no espaço.

Se em escolas especiais estão contemplados na socialização com seus iguais podendo exercer sua humanidade em língua dos sinais, estão, por outro lado, fora do mundão que os espera mais cedo ou mais tarde na língua da nação.

Estarão aptos?

Imaginem um adolescente surdo apaixonado por uma adolescente ouvinte, louco para dizer-lhe coisas, louco para “vestir” sua linguagem interna, e nada. Exímio em sua língua de sinais, ali, improvável para seus sentimentos caso ela não compreenda.

A questão é que a realidade é múltipla e muitas são as suas faces. Defender a inclusão não é eliminar as escolas especiais. Trabalhar resíduos audi-

tivos e oralização não é se opor ao uso da Língua dos Sinais e vice-versa.

É preciso que esteja garantido o desenvolvimento de todas as possibilidades dessas pessoas e não exilá-las em espaços particulares ou teorias perversas, atribuindo-lhes uma tal de ‘cultura’ específica, forjando argumentos segregantes, dando de beber ao já sedento gigante da ignorância.

Precisamos extrair a polarização dessas discussões, investir na soma. As escolas especiais existentes devem socializar suas profundas discussões internas, aperfeiçoando estratégias educacionais, formando recursos humanos, oferecendo assessoria, planejamento, acompanhamento, desenvolvendo trabalho de preparação para os alunos ingressarem na rede regular de ensino.

Desta maneira, oferecendo à escola regular subsídios para sua escolaridade, mais alunos surdos terão seu ingresso na escola garantido, já que as escolas especiais não têm condições de receber toda a demanda da população em idade escolar. Conseqüência disso já sabemos, trancados em casa ou nas “pegadinhas circenses” dos domingos.